

Boletim do Trabalho e Emprego

21

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho e Segurança Social

Preço 21\$00

BOL. TRAB. EMP.

LISBOA

VOL. 53

N.º 21

P. 1245-1258

8 - JUNHO - 1986

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Pág.

Despachos/portarias:

- Bayer Portuguesa, S. A. R. L. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal 1247
- Têxtil Francisco Manuel Durães e Filhos, S. A. R. L. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal — Rectificação 1247

Portarias de extensão:

- PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional das Ind. Têxteis, Algodoeiras e Fibras e outras e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra 1248
- PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. de Comerciantes Retalhistas do Concelho de Alcobaça e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Dist. de Leiria 1248
- Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa do Comércio e Ind. de Madeiras e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro 1249
- Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sind. dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca 1250
- Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte e outras e o Sind. dos Técnicos de Desenho 1250
- Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Vidro de Embalagem e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outras 1250

Convenções colectivas de trabalho:

- CCT entre a Assoc. Industrial do Minho e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal (cerâmica de Barcelos) — Alteração salarial 1251
- CCT entre a Assoc. Portuguesa do Comércio e Ind. de Madeiras e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras 1252
- CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sind. dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca — Alteração salarial e outras 1253

— ACT entre a Shell Portuguesa, S. A. R. L., e outras empresas petrolíferas privadas e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras.....	1254
— CCT entre a APIFARMA — Assoc. Portuguesa da Ind. Farmacêutica e outras e o SINDEQ — Sind. Democrático da Química e outros — Deliberação da comissão paritária.....	1257
— AE entre a Sociedade Portuguesa de Autores e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Rectificação	1258

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

Bayer Portuguesa, S. A. R. L. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal

Despacho

A firma Bayer Portugal, S. A. R. L., com sede em Lisboa, Rua da Sociedade Farmacêutica, 3, e local de trabalho em Casal de Colaride, Cacém, Sintra, exercendo a actividade de grossista de produtos químicos, fabricante e aplicador de pesticidas, solicitou, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, a redução do período de duração de trabalho de 45 horas para 40 horas para os trabalhadores que exercem a sua actividade na unidade fabril já citada.

Fundamentando, alegou que a redução solicitada irá beneficiar os trabalhadores, não provocando quaisquer alterações das condições de trabalho que lhes possam ser desfavoráveis, e que não haverá nenhuma afectação da economia da empresa e, concomitantemente, da economia nacional.

Por outro lado, o regime pretendido permitirá estabelecer um melhor equilíbrio na duração média das horas de trabalho por cada trabalhador, melhoria que sensibilizou os interessados.

Assim, e porque:

A comissão de trabalhadores e o delegado sindical da Bayer Portugal, S. A. R. L., declararam, por escrito, estar de acordo com a redução semanal do horário normal e por turno e, bem

assim, com a disposição das horas de entrada, saída e descansos diários;

Os serviços competentes da Inspeção-Geral do Trabalho não viram qualquer inconveniente no pretendido;

Se verificou ser a alteração requerida compatível com o desenvolvimento económico da actividade;

O CCT das indústrias químicas e PRT anexa, in *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 27 de Julho de 1977, não vedam a redução solicitada;

é autorizada a firma Bayer Portugal, S. A. R. L., com unidade fabril em Casal de Colaride, Cacém, Sintra, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, e ao abrigo do despacho de delegação de competências do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional de 8-11-85, a alterar a duração do trabalho dos horários vigentes com redução do respectivo período semanal de 45 horas para 40 horas, mantendo-se os descansos semanais em conformidade com o disposto nos preceitos contratuais e administrativos aplicáveis, quer no regime de horário geral ou diurno, quer no regime de turno.

Lisboa, 6 de Maio de 1986. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Carlos Goulão Serejo*.

Têxtil Francisco Manuel Durães e Filhos, S. A. R. L. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal — Rectificação

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1986, foi publicado o despacho de autorização de redução da duração do trabalho semanal à empresa em epígrafe, cujo título carece de rectificação.

Assim, onde se lê «Autorização de laboração contínua a firma Têxtil — Francisco Manuel Durães & Filhos, S. A. R. L.» deve ler-se «Têxtil Francisco Manuel Durães e Filhos, S. A. R. L. — Autorização de redução da duração do trabalho semanal».

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional das Ind. Têxteis, Algodoeiras e Fibras e outras e a FESINTES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 9, de 8 de Março de 1986, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação Nacional das Indústrias Têxteis Algodoeiras e Fibras, Associação Portuguesa das Indústrias de Malhas, Associação Portuguesa dos Importadores de Algodão em Rama, Associação Portuguesa dos Exportadores Têxteis, Associação Nacional das Indústrias de Tecelagem e Têxteis-Lar (ANITT-LAR) e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

Considerando que o referido contrato apenas se aplica às relações de trabalho cujos titulares sejam representados pelas entidades outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho desprovidas de regulamentação actualizada e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho no sector de actividade em causa;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso aí previsto no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 9, de 2 de Março de 1986, ao qual não foi deduzida oposição;

Tendo sido dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado da Indústria e Energia, do Comércio Externo e do Emprego e Formação Profissional, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte.

Artigo único

1 — A regulamentação constante do CCT celebrado entre a Associação Nacional das Indústrias Têxteis Algodoeiras e Fibras e outras e a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 9, de 8 de Março de 1986, é tornada aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que no território do continente prossigam algumas das actividades reguladas e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas no referido contrato, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias não representados pelas associações sindicais outorgantes ao serviço de entidades patronais já abrangidas pela convenção.

2 — A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais até ao limite de três.

Ministérios da Indústria e Comércio e do Trabalho e Segurança Social, 19 de Maio de 1986. — O Secretário de Estado da Indústria e Energia, *Luís Manuel Pêgo Todo-Bom*. — O Secretário de Estado do Comércio Externo, *Luís Filipe Sales Caldeira da Silva*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. de Comerciantes Retalhistas do Concelho de Alcobaça e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Dist. de Leiria

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 10, de 15 de Março de 1986, foi publicada a alteração salarial ao CCT entre a Associação de Comerciantes Retalhistas do Concelho de Alcobaça e outras e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria.

Considerando que as suas disposições abrangem apenas, na área da sua aplicação, as relações de trabalho entre entidades patronais do sector económico regulado e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção representados pelas associações outorgantes;

Considerando a existência, na área da sua aplicação, de entidades patronais e trabalhadores aos quais as referidas disposições se não aplicam por se encontrarem filiados nas associações outorgantes;

Considerando a vantagem de uniformização das condições de trabalho deste sector económico na área fixada na convenção;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 10, de 15 de Março de 1986, e não tendo sido deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado do Comércio Interno e do Emprego e Formação Profissional, o seguinte:

Artigo 1.º

As disposições constantes da alteração salarial ao CCT entre a Associação de Comerciantes Retalhistas do Concelho de Alcobaça e outras e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de

Leiria, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 10, de 15 de Março de 1986, são tornadas extensivas, na área da sua aplicação, às relações de trabalho entre entidades patronais do sector económico regulado não filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção e às relações de trabalho entre entidades patronais do referido sector económico filiadas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante.

Artigo 2.º

A tabela salarial aplicável pela presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais até ao máximo de quatro.

Ministérios da Indústria e Comércio e do Trabalho e Segurança Social, 19 de Maio de 1986. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Jorge Manuel Águas da Ponte Silva Marques*. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, *Joaquim Maria Fernandes Marques*.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa do Comércio e Ind. de Madeiras e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma PE das alterações ao CCT celebrado entre a Associação Portuguesa do Comércio e Indústria de Madeiras e outras e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, nesta data publicadas, por forma a torná-las aplicáveis às relações de trabalho existentes entre entidades patronais não inscritas nas associações patronais outorgantes que, na área da convenção, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas filiados ou não nas associações sindicais outorgantes, bem como aos trabalhadores das mesmas categorias não inscritos nos sindicatos outorgantes que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas nas associações patronais outorgantes.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sind. dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE da convenção colectiva de trabalho em epígrafe, nesta data publicada.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma, tornará as condições de trabalho insertas na aludida convenção aplicáveis a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam na área da convenção a actividade económica por esta abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos no sindicato signatário que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal celebrante.

Aviso para PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte e outras e o Sind. dos Técnicos de Desenho

Nos termos do disposto no n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado em epígrafe, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1986.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva:

- a) A todas as entidades patronais que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes, exerçam, no território nacional, a actividade económica abrangida pela convenção e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas filiados na associação sindical signatária ou que nela se possam filiar;
 - b) Aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos na associação sindical outorgante mas que nela se possam filiar que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas nas associações patronais signatárias.
-

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a Assoc. dos Industriais de Vidro de Embalagem e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outras

Encontra-se em estudo neste Ministério a eventual extensão das condições de trabalho constantes das alterações ao CCT entre a Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1986, a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam na área da convenção a actividade económica por ela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas, bem como aos trabalhadores não inscritos nas associações sindicais outorgantes que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal signatária.

Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos quinze dias seguintes ao da publicação deste aviso.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a Assoc. Industrial do Minho e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal (cerâmica de Barcelos) — Alteração salarial

Aos 8 dias do mês de Maio de 1986, na Delegação de Braga da Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho, reuniram, presidindo o respectivo delegado, em sede de conciliação, com vista à revisão do CCT, a Associação Industrial do Minho, representada por Dr. Gregório Rocha Novo, António Augusto de Araújo São Bento e Agostinho Coelho Gonçalves, e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal, representada por Manuel Lopes Loureiro e Carlos Sousa Macedo, tendo sido acordadas as novas tabelas salariais, que vigorarão a partir de 1 de Maio de 1986 e que serão as constantes do anexo.

Pela Associação Industrial do Minho:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal:

(Assinaturas ilegíveis.)

ANEXO II

Tabelas salariais

Grupo	Categoria	Tabela
1	Encarregado Modelador de 1. ^a	28 000\$00
2	Modelador de 2. ^a Oleiro rodista de 1. ^a	27 000\$00
3 e 4	Decorador à pistola de 1. ^a Oleiro rodista de 2. ^a	23 250\$00
5	Decorador à pistola de 2. ^a Formista de 1. ^a Forneiro Enfornador e desenfornador Vidrador	22 500\$00
6	Pintor manual de 1. ^a Oleiro formista de lambagem de 1. ^a Oleiro jaulista de 1. ^a Formista de 2. ^a Torneiro	22 100\$00
6-A	Acabador de 1. ^a Pintor manual de 2. ^a Decorador manual de 1. ^a	21 900\$00

Grupo	Categoria	Tabela
7	Embalador Oleiro formista de lambagem de 2. ^a Oleiro jaulista de 2. ^a Ajudante de forneiro Decorador manual de 2. ^a Acabador de 2. ^a	21 800\$00
8	Lixador Rebarbador de 1. ^a Auxiliar de serviços	21 600\$00
9	Rebarbador de 2. ^a Embrulhador Servente	21 500\$00
	Aprendizagem: Pré-aprendiz de 14 a 15 anos ... Pré-aprendiz de 15 a 16 anos ... Aprendiz de 16 a 17 anos Aprendiz de 17 a 18 anos Aprendiz com mais de 18 anos Praticante	10 750\$00 10 850\$00 11 000\$00 11 500\$00 16 150\$00 17 250\$00

Pela Associação Industrial do Minho:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal:

(Assinaturas ilegíveis.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal representa o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito do Porto.

Pela Comissão Executiva, (Assinatura ilegível.)

Depositado em 23 de Maio de 1986, a fl. 96 do livro n.º 4, com o n.º 178/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. Portuguesa do Comércio e Ind. de Madeiras e outras e a FETESE
Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras**

Cláusula 1.^a

(Área e âmbito)

O presente CCT é aplicável no território do continente às empresas filiadas nas associações patronais outorgantes e, por outro lado, aos trabalhadores representados pelas associações sindicais signatárias.

Cláusula 38.^a

(Diuturnidades)

1 — Às remunerações mínimas fixadas pela tabela salarial constante do presente contrato será acrescida uma diuturnidade de 700\$ por cada três anos de permanência na mesma categoria profissional, até ao limite de quatro diuturnidades.

Cláusula 39.^a

(Abono para falhas)

1 — Os trabalhadores que exerçam funções de pagamento e ou recebimento têm direito a um abono para falhas de 750\$, enquanto o trabalhador se mantiver no exercício dessas funções.

Cláusula 46.^a

(Pagamento de refeições a motoristas e ajudantes)

4 — As refeições serão pagas pelos seguintes valores:

Pequeno-almoço — 60\$;
Almoço, jantar e ceia — 250\$.

Cláusula 86.^a

(Sucessão de regulamentação)

O regime de regulamentação do presente contrato entende-se globalmente mais favorável do que o previsto nas disposições dos instrumentos de regulamentação anteriores, cujas disposições ficam revogadas e são substituídas pelas agora acordadas, salvo nas matérias previstas naqueles instrumentos de regulamentação e não contempladas no presente CCT.

ANEXO II

Tabela de remunerações mínimas

b) Funções de apoio dos subsectores de serrações, carpintarias, preservação de madeiras, marcenarias, mobiliário e actividade importadora e exportadora.

Funções de apoio

Grupos	Remunerações
I-A	40 000\$00
I-B	37 600\$00
II	35 300\$00
III	32 900\$00
IV	28 800\$00
V	27 400\$00
VI	25 300\$00
VII	24 400\$00
VIII	23 500\$00
IX	23 200\$00
X	23 000\$00
XI	22 500\$00
XII	16 875\$00
XIII	14 600\$00
XIV	12 700\$00
XV	11 700\$00
XVI	11 250\$00

Nota. — A tabela de remunerações mínimas produz efeitos a 1 de Janeiro de 1986.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1986.

Pela ANIM — Associação Nacional das Indústrias de Madeiras:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela AIM — Associação Industrial do Minho:

(Assinatura ilegível.)

Pela APCIM — Associação Portuguesa do Comércio e Indústrias de Madeiras:

(Assinatura ilegível.)

Pela AIMC — Associação de Industriais de Madeiras do Centro:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços;
STESDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Setúbal;
SITEMAQ — Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;

Carlos Manuel Dias Pereira.

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas:

Fernando Cruz Couto Soares.

Depositado em 23 de Maio de 1986, a fl. 97 do livro n.º 4, com o n.º 179/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a Assoc. Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sind. dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca — Alteração salarial e outras

Novo texto acordado para o n.º 3 da cláusula 2.^a, n.º 1 da cláusula 36.^a, n.º 1 da cláusula 69.^a, n.º 1 da cláusula 71.^a e anexo II, «Tabela salarial», do CCT celebrado entre a Associação Portuguesa dos Agentes Transitários e o Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 34, de 15 de Setembro de 1981, e suas alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 43, de 22 de Dezembro de 1982, *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 16, de 29 de Abril de 1984, e *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 21, de 8 de Junho de 1985:

Cláusula 2.^a

3 — A tabela salarial constante do anexo II e restantes cláusulas de expressão pecuniária vigorarão de 1 de Abril de 1986 a 31 de Março 1987, data a partir da qual passarão a vigorar as que entretanto vierem a ser acordadas.

Cláusula 36.^a

1 — Quando o trabalhador se encontrar a prestar trabalho nas condições previstas no n.º 2 desta cláusula terá direito a receber um abono para a respectiva refeição de acordo com a seguinte tabela:

- a) Pequeno-almoço — 150\$;
- b) Almoço — 650\$;
- c) Jantar — 650\$;
- d) Ceia — 410\$.

Cláusula 69.^a

1 — Todos os trabalhadores têm direito, por cada período de três anos na mesma categoria e empresa, a diuturnidades de 1500\$ até ao limite de cinco.

Cláusula 71.^a

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 das disposições especiais da secção A do anexo I, os trabalhadores que exerçam as funções de caixa, cobradores ou equiparados têm direito a um abono no valor de 3000\$.

ANEXO II

Tabela salarial

Classe	Categoria profissional	Remuneração
A	Chefe de serviços Analista programador	60 700\$00

Classe	Categoria profissional	Remuneração
B	Chefe de secção Programador de informática	52 000\$00
C	Primeiro-oficial Encarregado de armazém Operador de informática	47 000\$00
D	Segundo-oficial Operador mecanográfico	44 500\$00
E	Terceiro-oficial Fiel de armazém	40 800\$00
F	Aspirante Cobrador Primeiro-contínuo Primeiro-porteiro Telefonista Conferente de armazém	37 200\$00
G	Operador de máquinas Servente Embalador	35 100\$00
H	Praticante	30 200\$00
I	Segundo-contínuo Segundo-porteiro Auxiliar de limpeza	29 500\$00
J	Praticante estagiário	25 000\$00
L	Praticante estagiário de armazém, 1.º semestre Praticante estagiário de armazém, 2.º semestre	19 900\$00 25 000\$00
M	Paquete	19 550\$00

Lisboa, 14 de Maio de 1986.

Pela Associação Portuguesa dos Agentes Transitários:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca:

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 27 de Maio de 1986, a fl. 97 do livro n.º 4, com o n.º 181/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

ACT entre a Shell Portuguesa, S. A. R. L., e outras empresas petrolíferas privadas e a FETESE Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras

Entre a Shell Portuguesa, S. A. R. L., e outras empresas petrolíferas (BP, ESSO e MOBIL) e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, a FSTIQFP — Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacêutica de Portugal, o Sindicato dos Técnicos de Vendas e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços foi acordado, em reunião de conciliação realizada em 11 de Abril de 1986, introduzir as seguintes alterações ao texto do ACTV publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 28, de 29 de Julho de 1979, e da PRT que o complementou (*Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 31, de 2 de Agosto de 1980) e alterações introduzidas pela comissão paritária (*Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 21, de 8 de Junho de 1981, pp. 1396 e 1397), assim como pelo *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1982, *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 13, de 8 de Abril de 1984, *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 21, de 8 de Junho de 1985, o qual se mantém em vigor em tudo o que não foi acordado alterar:

Cláusula 41.^a

(Prestação de trabalho em regime de prevenção)

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — O trabalhador em regime de prevenção terá direito a:
 - a) Remuneração de 85\$ por cada hora em que esteja efectivamente sujeito a este regime;
 - b)
 - c)
 - d)
- 5 —

Cláusula 45.^a

(Pagamento por deslocação)

Para pagamento dos vários tipos de despesa, os sistemas variarão consoante as deslocações se verifiquem em Portugal Continental e nas regiões autónomas ou no estrangeiro.

1 — Deslocações dentro do território de Portugal Continental e regiões autónomas: o trabalhador será reembolsado das despesas reais efectuadas com transporte, alimentação e alojamento mediante apresentação dos respectivos recibos de pagamento.

Em alternativa, o trabalhador poderá optar, sem necessidade de apresentação de recibos de pagamento, pelo recebimento das seguintes importâncias fixas:

Pequeno-almoço — 115\$;
Almoço/jantar — 500\$;

Ceia — 225\$;
Dormida com pequeno-almoço — 1300\$;
Diária — 2350\$.

- 1.1 —
- 1.2 —
- 1.3 — Nas grandes deslocações o trabalhador poderá realizar, sem necessidade de apresentação de documentos comprovativos, despesas até 340\$ diários a partir do terceiro dia, inclusive, e seguintes, desde que tal deslocação implique no mínimo três pernoitas fora da residência habitual.

2 — Deslocações ao estrangeiro: dada a diversidade dos sistemas utilizados, cada empresa pagará em conformidade com o seu esquema próprio, sendo, no entanto, garantidos 660\$ diários para dinheiro de bolso, absorvíveis por esquemas internos que sejam mais favoráveis.

- 3 —
- 4 —
- 5 —

Cláusula 54.^a

(Subsídios)

A) Refeitórios e subsídios de alimentação:

- 1 —
- 2 — Quando, porém, nas sedes ou instalações não haja refeitórios ou estes não se encontrem em funcionamento será atribuído um subsídio de alimentação no montante de 385\$ por dia de trabalho efectivamente prestado e ainda:
 - a)
 - b)
 - c)

- 3 —
- 4 —

B) Subsídio de turnos:

- 1 — A todos os trabalhadores em regime de turnos será devido o subsídio mensal de 4000\$.
 - 1.1 —
- 2 —
- 3 —
- 3.1 —

C) Subsídio de horário móvel:

4000\$ por mês.

D) Horário desfasado:

Os trabalhadores que praticarem o regime de horário desfasado terão direito a um subsídio de 2200\$ quando tal tipo de horário for da iniciativa e interesse da empresa.

E)

F) Subsídio de GOC:

1065\$ por mês.

G) Subsídio de lavagem de roupa:

A todos os trabalhadores a quem for determinado o uso de uniforme e a empresa não assegure a respectiva limpeza será atribuído o subsídio de 385\$ por mês.

H) Abono para falhas:

Os trabalhadores com a categoria profissional de caixa ou cobrador que exerçam efectivamente essas funções receberão um abono para falhas mensal de 1135\$.

I) Subsídio de condução isolada:

Quando o motorista de pesados conduzir desacompanhado terá direito a receber um subsídio de condução isolada por cada dia de trabalho efectivo do quantitativo de 220\$.

J)

Cláusula 94.^a

(Comparticipação em internamento hospitalar e intervenção cirúrgica)

1 —

2 — Em caso de internamento hospitalar, acrescido ou não de intervenção cirúrgica, a empresa suportará 65 % ou 50 % da totalidade das despesas consoante se trate do trabalhador ou de familiares directos (cônjuges, filhos menores ou filhos maiores com direito a abono de família), até ao limite anual máximo de 360 contos por agregado familiar, não excedendo 150 contos *per capita*, depois de deduzida a participação da Previdência ou de esquemas oficiais equiparados.

3 —

4 —

Cláusula 95.^a

(Descendentes com deficiências psicomotoras)

1 — Sempre que um empregado da empresa tenha filhos com deficiências psicomotoras, necessitando de reabilitação ou reeducação em estabelecimento hospitalar ou reeducativo no País, a empresa participará das despesas inerentes a essa reeducação ou reabilitação, em montante a definir caso por caso, mas que não poderá exceder 120 000\$ por cada um e por ano, até o descendente em causa atingir os 21 anos de idade.

2 —

Remunerações mensais mínimas

Grupo	Grau	Remuneração mensal
A	VI	144 500\$00
B	V	110 100\$00
C	IV	99 100\$00
D	III	84 500\$00
E	II	70 000\$00
F	I-B	64 200\$00
G	I-A	58 000\$00
H	49 700\$00
I	43 900\$00
J	41 000\$00
K	35 200\$00
L	32 300\$00

A tabela produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986 e absorve até à respectiva concorrência aumentos voluntários concedidos ou a conceder pelas empresas.

Lisboa, 8 de Maio de 1986.

Pelas empresas BP, MOBIL, SHELL e ESSO:

Manuel Eurico Coelho.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITSESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços;
STESDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Setúbal;
SITEMAQ — Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
STECA — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria:

António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas:

António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes, Marinha Mercante:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal, em representação dos sindicatos federados:

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química do Centro e Ilhas;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química do Norte.

Lisboa, 2 de Maio de 1986. — Pelo Secretariado,
(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que os sindicatos filiados na Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços são os seguintes:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito da Horta;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Vendas de Ponta Delgada;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Lisboa, 30 de Abril de 1986. — Pelo Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pelo Secretariado, Amável Alves.

Declaração

A Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal declara para os devidos efeitos que representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similares do Algarve;

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região da Madeira.

Lisboa, 23 de Abril de 1986. — Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas declara para os devidos e legais efeitos que representa os seguintes sindicatos:

Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte;

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

E, por ser verdade, vai esta declaração assinada.

Lisboa, 21 de Abril de 1986. — Pelo Executivo, (*Assinatura ilegível.*)

Depositado em 23 de Maio de 1986, a fl. 96 do livro n.º 4, com o n.º 177/86, nos termos do artigo 24.º do Dec.-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a APIFARMA — Assoc. Portuguesa da Ind. Farmacêutica e outras e o SINDEQ — Sind. Democrático da Química e outros — Deliberação da comissão paritária

Aos 29 dias do mês de Abril de 1986 reuniu a comissão paritária prevista na cláusula 65.^a do CCTV para a indústria e comércio farmacêuticos, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 21, de 8 de Junho de 1981.

Em representação do SINDEQ estiveram presentes o Sr. Herédio José Magalhães Costa e o Sr. Alfredo Eugénio Baptista.

Em representação das associações patronais estiveram presentes o Sr. Dr. António Pequito Cravo e o Sr. Nuno de Carvalho Branco Macedo.

Foi deliberado, na sequência dos estudos efectuados por uma comissão mista (sindical e patronal), fixar os custos directos das viaturas, por quilómetro, em 20\$70, com entrada em vigor no dia 1 de Maio de 1986.

Lisboa, 29 de Abril de 1986. — Pelo SINDEQ: (*Assinaturas ilegíveis.*) — Pelas Associações Patronais, (*Assinaturas ilegíveis.*)

Depositado em 23 de Maio de 1986, a fl. 97 do livro n.º 4, com o n.º 180/86, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

AE entre a Sociedade Portuguesa de Autores e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Rectificação

Na publicação feita no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 17, de 8 de Maio de 1986, do AE celebrado entre a Sociedade Portuguesa de Autores e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros foram, por lapso, omitidas as cláusulas 27.^a e 28.^a, pelo que de seguida se procede à necessária rectificação, pela publicação do texto das cláusulas omissas.

Cláusula 27.^a

(Trabalho prestado em dias de descanso semanal)

O trabalho prestado em dias de descanso semanal confere ao trabalhador o direito a um dia completo de descanso num dos três dias úteis seguintes, sem prejuízo da sua retribuição.

Cláusula 28.^a

(Desempenho de outras funções)

1 — Sempre que o trabalhador substitua outro de nível superior, passará a receber a remuneração estipu-

lada para o escalão mínimo do nível salarial correspondente à profissão ou categoria profissional do trabalhador substituído, durante o tempo que essa substituição durar.

2 — Se a substituição durar mais de 90 dias, o trabalhador substituto manterá o direito à remuneração do substituído quando, finda a substituição, regressar ao desempenho das funções anteriores.

3 — Se o desempenho de funções referido no n.º 1 se mantiver por um período de um ano seguido, o trabalhador adquirirá o direito não só à remuneração como também à categoria, excepto se a substituição for motivada por doença, acidente de trabalho ou prestação de serviço militar.

4 — A atribuição da profissão ou categoria profissional produz efeitos desde o dia em que se iniciou a substituição.